

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSCAR – EM BUSCA DA QUALIDADE ACADÊMICA COM COMPROMISSO SOCIAL**

*Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva*

**RESUMO**

O artigo apresenta o Programa de ações Afirmativas da UFSCar e os primeiros passos para sua implementação. Este programa se dirige a estudantes que tenham cursado o Ensino Médio exclusivamente em escola pública, e entre estes a estudantes negros e indígenas. Os objetivos perseguidos, os desafios enfrentados e diferentes expectativas despertadas pela introdução desta política institucional são examinados na perspectiva de excelência acadêmica e educativa com compromisso social.

**PALAVRAS-CHAVE**

Ações afirmativas; Política institucional; Excelência acadêmica; Compromisso social

**UFSCAR'S AFFIRMATIVE ACTIONS PROGRAM – SEARCHING ACADEMIC EXCELLENCE AND SOCIAL COMMITMENT****ABSTRACT**

*The paper presents the UFSCar's Affirmative Actions Program and the first steps of its implementation. The program is addressed to students who did their secondary studies in public schools, and among the places reserved to them, some are intended to Blacks and Indians. The goals to pursue, challenges faced, different expectations that the introduction of this institutional policy create are discussed in the perspective of academic excellence and educational quality social commitment.*

**KEYWORDS**

*Affirmative actions; Institutional policy; Academic excellence; Social commitment*

Em seus 38 anos de atuação, a Universidade Federal de São Carlos/UFSCar (SP) tem estabelecido metas com vistas a orientar seus talentos e potencialidades - intelectuais, físicos, educacionais, científicos, tecnológicos - para construção de qualidade acadêmica aliada a compromisso social. Em outras palavras, um dos critérios para avaliação da excelência da produção acadêmica é sua vinculação com necessidades e anseios dos segmentos que compõem a sociedade, bem como suas repercussões na vida social. Assim, a produção acadêmica – ensino, pesquisa e extensão - é considerada de qualidade se oferecer apoio consistente para solução de problemas sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, se desenvolver reflexões e mostrar disposição para participar da garantia de direitos, superação de desigualdades, respeito a e valorização das diferenças étnico-raciais, combate a discriminações a pessoas e grupos.

Esta vocação que a UFSCar estabelece para si mesma, confirmada pela aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor, recebe diferentes interpretações na comunidade universitária, de acordo com visões de mundo, ideologias, referências científicas, projetos de sociedade, entendimentos, muitas vezes divergentes, do papel educativo e formativo da instituição universitária. Assim, por exemplo, enquanto alguns julgam que os docentes, pesquisadores constituem uma elite já formada que só tem a ensinar a estudantes que devem conformar-se ao que lhes é apresentado; outros entendem que a relação pedagógica que se estabelece nas salas de aula, nos laboratórios, nas reuniões de estudos, nas atividades de extensão são oportunidades de estudantes e também professores educarem-se num processo dialógico, conforme ensinam Freire(1978), Fiori (1986), Dussel (2000), Silva e outros (2007).

Entretanto, é bom lembrar que as divergências na interpretação das metas do PDI, não têm unicamente razões de ordem pedagógica, elas refletem e ajudam a reforçar ou a desconstruir relações tensas entre diferentes grupos sociais e étnico-sociais. O compromisso social a que a UFSCar se atribui, tem feito com que diversos de seus integrantes, em sua maioria oriundos de grupos que a sociedade historicamente marginaliza, busquem compreender e apoiar as demandas e iniciativas de movimentos e de ações sociais, para interferir na decisões de Estado e institucionais que lhes dizem respeito. Negros, indígenas, trabalhadores em luta por terra, pessoas sem moradia, trabalhadores sem emprego, entre outros, rejeitam cada vez com mais veemência políticas e iniciativas que os atingem, sem que eles próprios participem do que vem a ser estabelecido. Desta forma rompem com modelo de

democracia em que uma representação, embora eleita, é retirada de grupo social e étnico-racial que se auto-atribui supremacia e poder para estabelecer prioridades que mantenham os privilégios que se têm autoconcedido, ao longo dos cinco séculos de história brasileira.

Assim sendo, movimentos e ações sociais questionam organizações que se dizem democráticas, mas são exclusivas de grupos que detêm o poder econômico, usufruem dos instrumentos mais sofisticados para educação, selecionam as informações a serem divulgadas pelos meios de comunicação e criam estratégias para excluir os cidadãos que não pertençam a seus grupos, para manter desigualdades e impedir condições para que todos sejam iguais em direitos. Tais movimentos e ações não só formulam críticas, questionamentos, como fazem propostas e reivindicações no sentido de que se estabeleça uma democracia inclusiva, da qual todos façam parte, com iguais condições para exercer os direitos devidos a todos indistintamente. Cientes de que, para tanto, necessitam de educação de qualidade nos diferentes níveis de ensino e de distintas condições e oportunidades educacionais para superar desigualdades, reivindicam esse direito.

A comunidade universitária da UFSCar concorda, seria difícil defender o contrário, com os iguais direitos, no entanto, alguns de seus integrantes estabelecem critérios de excelência acadêmica que procura critérios na meritocracia. Sendo descabido, nos dias de hoje, negar ou fazer passar despercebida a diversidade social e étnico-racial brasileira, recorre-se à valorização de uma racionalidade que, no entender de alguns, seria hegemônica. Deste modo, mérito e equidade social, étnico-racial se põem antagônicos. Os adeptos da meritocracia muitas vezes identificam diferenças com inferioridade, tal forma de conceber a sociedade, a cidadania, conforme mostram Gordon e Bridglall (2007, p. 98-99), além de privilegiar uma única racionalidade, defende em primeiro lugar os direitos individuais, a independência do indivíduo em relação ao social, a busca de vantagens econômicas privadas, premia aqueles cujo desempenho considera superior, com condições superiores de vida em relação à maioria.

Diante dos princípios da meritocracia, a adoção de políticas de ações afirmativas é descabida. Isto possivelmente porque, conforme mostram estudos como os de Bowen e Bock (2004) e de Leon e outros (2005), as diferentes racionalidades dos grupos abrangidos por essas políticas terão de passar a integrar a produção de conhecimentos, os processos educativos próprios das instituições universitárias. Além do mais, os projetos de sociedade desses grupos, a defesa, que empreendem, dos direitos coletivos ao lado dos individuais,

questionam os princípios individualistas da meritocracia. Isto se fez evidente na roda de conversas empreendida entre defensores e opositores dessas políticas, na UFSCar, durante a fase de debates que antecedeu a apreciação do Programa de Ações Afirmativas pelo Conselho Universitário (SILVA; BERNARDES, 2007)

## **O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSCAR**

Inicialmente cabe destacar que o programa a que se refere este artigo, não é a única forma de acesso diferenciado ao ensino superior oferecida pela instituição. Em processos seletivos independentes, tem-se realizado exames que selecionam candidatos para, por exemplo, a modalidade de ensino a distância, Pedagogia da Terra. Além disso, desde 1999 a UFSCar, por meio do curso pré-vestibular para alunos sócio-economicamente desfavorecidos, vem buscando criar condições de jovens de grupos populares da cidade de São Carlos se submeterem a exame vestibular e lograrem sucesso. Anualmente se recebem por volta de 400 alunos, dos quais em torno de 20% têm sido aprovados em exames das universidades públicas paulistas.

Em dezembro de 2006 os Conselhos Universitário (ConsUNI) e o de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em reunião conjunta, aprovaram o Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSCar. A aprovação ocorreu após longos debates e estudos, iniciados em julho de 2005, pela comunidade acadêmica.

O referido Programa se constitui de medidas previstas no PDI com o objetivo de promover o acesso, ao ensino superior, a grupos que têm sofrido perdas provocadas por discriminações, marginalização, desigualdades. O PAA prevê a implantação, a partir de 2008, de reserva de vagas por critérios sócio-econômicos e étnico-raciais, no exame vestibular da UFSCar para cursos presenciais. A origem escolar – Ensino Médio público - é o indicador escolhido para cumprimento do critério sócio-econômico.

O PAA, nos termos da Portaria GR nº 695/07 de 06 de junho de 2007, contempla estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, terá sua implantação gradual, até atingir, em 2014, a meta de 50% de alunos oriundos do Ensino Médio público, em todos os cursos de graduação. Estabelece, a referida Portaria, que para participar do ingresso por reserva de vagas, o candidato deverá por ele optar, quando da inscrição para o processo seletivo.

De 2008 a 2010, serão reservadas 20% das vagas de cada curso para egressos de escolas públicas que tenham ali cursado integralmente o Ensino Médio; destas vagas, 35%<sup>1</sup> serão destinadas a alunos que se autodeclararem negros<sup>2</sup>. De 2011 a 2013, a porcentagem total de reservas sobe para 40%, mantendo-se 35% destas para candidatos negros. De 2014 a 2016, passa a ser 50%, mantidos os 35% destinados a negros.

Relativamente a candidatos indígenas, permanece a exigência de serem egressos de escolas públicas. Exclusivamente para eles será criada, anualmente, uma vaga a mais em cada curso de graduação da UFSCar, nos campi de São Carlos, Araras e Sorocaba, todos no Estado de São Paulo.

Em 2017, ou seja aos 10 anos de implantação do PAA, os colegiados superiores da UFSCar, a partir dos resultados do acompanhamento e avaliação permanentes, apreciarão a necessidade de continuidade, extensão, reformulação ou extinção do Programa.

Antes de prosseguir cabe explicar a razão de reserva de vagas para negros. Esta medida se justifica pelo fato de este segmento da população brasileira, aproximadamente 50% do seu total, ter sido excluída ao longo dos séculos do direito à educação. Neste caso a política de ação afirmativa tem um significado de reparação e não somente de correção de distorção, como no caso de acesso da reserva de vagas para escola pública. De que distorção se está falando? Ao fato de a UFSCar, universidade pública federal, contar em 2006, entre seus estudantes, com apenas 18% de oriundos das classes populares, de escolas públicas, com pouquíssimos negros e nenhum indígena. Ora, uma universidade pública tem que ser representados na comunidade acadêmica, todos os grupos sociais e étnico-sociais que compõem a sociedade. Caso contrário estará sendo mantida com recursos públicos, mas servindo a interesses exclusivos de alguns grupos.

E por que reparação? Durante o século XX, coube principalmente às famílias negras e ao Movimento Negro criar possibilidades e oportunidades de educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos (GONÇALVES; SILVA, 2000). Estudos divulgados notadamente desde 2001 (entre diversos outros, HENRIQUES, 2001; JACCOUD; BEGGIN, 2002, PAIXÃO, 2006; BRASIL, 2007) mostram constante defasagem de escolaridade, ao

---

<sup>1</sup> 35% é o percentual de negros na população da região sudeste, onde está situada a UFSCar.

<sup>2</sup> São reconhecidas negras as pessoas que se auto-classificaram *pretas ou pardas*, conforme quesitos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – IBGE, para identificar o pertencimento étnico-racial da população nos censos e levantamentos anuais de população.

longo do século XX, entre homens e mulheres negros e brancos, com acentuada desvantagem para aqueles. Julgamentos precipitados, desconhecimento das estruturas sociais, das tensas relações étnico-raciais, falta de visão histórica, preconceitos gerados pelo racismo, crença numa convivência cordial difundida pelo mito da democracia racial atribuem estas desigualdades à falta de vontade e de persistência dos negros.

Censos e estudos vêm mostrando que a escolarização em nível de Ensino Médio cresceu significativamente nos anos 90, sobretudo nas escolas públicas, entre negros e indígenas. Diante disso, ao adotar o ingresso por reserva de vagas, a UFSCar busca coerência com sua missão de instituição pública.

Além de oferecer efetivas condições de acesso ao Ensino Superior a diferentes estratos sócio-econômicos e grupos étnico-raciais que constituem a sociedade brasileira, o PAA prevê a ampliação e aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio a estudantes, tanto em relação a aspectos sócio-econômicos – como moradia, alimentação e renda –, quanto acadêmicos – bolsas de iniciação científica, de extensão, tutoria e outras formas de apoio à integração à vida acadêmica e ao sucesso nos estudos. Prevê também que se realize a educação das relações étnico-raciais<sup>3</sup>, incentivando o diálogo sócio-cultural; que se incorporem, aos critérios que definem a excelência acadêmica na UFSCar, dimensões que considerem a diversidade social, étnico-racial, de racionalidades constitutivas da sociedade brasileira; que se criem mecanismos permanentes de avaliação do Programa de Ações Afirmativas, a fim de verificar a pertinência dos objetivos, a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados.

## **EXAMES DE SELEÇÃO E ALGUNS RESULTADOS**

Como já se viu, a UFSCar instituiu diferentes formas de ingresso ao ensino superior, com o cuidado de oferecer a candidatos com formações educacionais similares, oportunidades de concorrer entre si. Assim sendo, para os cursos presenciais, organizados em semestres letivos, propõe-se que, por meio das mesmas provas do exame vestibular, concorram entre si candidatos oriundos de escolas privadas e disputem vagas entre si,

---

<sup>3</sup> Educação das relações étnico-raciais, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 e da Resolução CNE/CP 1/2004 que estabelecem as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

candidatos de escolas públicas. Eis um dos motivos da adoção do ingresso por reserva de vagas.

É sabido que estudantes de escolas privadas, em significativa maioria pertencentes a famílias cuja renda permite que além dos livros didáticos e atividades escolares, tenham acesso a outros bens culturais e oportunidades educativas, como viagens, equipamentos de comunicação atualizados, visitas a museus e exposições, freqüência a teatros e cinema, realização de vestibular como “trainees”. Já os das escolas públicas, em sua maioria não usufruem dessas oportunidades educativas que são valorizadas nos exames de ingresso, embora tenham outras experiências ricas, mas nem sempre consideradas nas provas. Além do mais as escolas privadas privilegiam durante o Ensino Médio a preparação para os exames vestibulares; enquanto as públicas além de fazê-lo, devem também oferecer elementos de formação para o trabalho, uma vez que muitos de seus alunos já trabalham. É conveniente também lembrar que as escolas públicas muitas vezes carecem de instalações e equipamentos atualizados. No entanto, estas diferenças não impedem que tanto egressos de escolas privadas como de escolas públicas desenvolvam, no Ensino Médio, aprendizagens que os testes dos exames de entrada visam avaliar.

Tanto os alunos de escolas públicas como os das particulares costumam ter acesso a pelo menos a alguns materiais didáticos, entre eles livros, comuns; é possível que alguns de seus professores atuem tanto em escolas públicas como em escolas privadas; freqüentam, pelo menos durante algum tempo, cursinho pré-vestibular, seja da rede privada, seja os comunitários, os dirigidos para negros e carentes. Em sua significativa maioria cursaram escolas da Educação Básica, no meio urbano. Por isso, embora possam concorrer entre si, optando os oriundos de escolas públicas por reserva de vagas, realizam exatamente as mesmas provas e são avaliados com os mesmos critérios.

Em relação aos indígenas, as oportunidades educativas anteriores à universidade são notadamente diferentes das dos outros candidatos. O Ensino Fundamental é cursado em escola indígena, onde a alfabetização é feita na língua própria de cada etnia, e o português ensinado como segunda língua. Não têm acesso a cursinhos preparatórios para o vestibular. Pertencem a povos em que a oralidade é privilegiada. Por essa razão, submetem-se a vestibular específico, que busca aproximar a racionalidade acadêmica às dos candidatos. Realizam provas escritas e orais que abrangem e testam os mesmos conteúdos e habilidades

que as provas a que se submetem os outros candidatos e são avaliados com os mesmos critérios.

Para o processo seletivo 2008, candidataram-se 127 indígenas. Em virtude de dificuldades para deslocamento, apresentaram-se para as provas, 37, dos quais 16 foram aprovados. Assim foram preenchidas 16 das 37 vagas oferecidas nos cursos das diferentes áreas de conhecimentos.

As vagas da reserva para egressos de escolas públicas não-indígenas e negros foram todas preenchidas. Houve candidatos oriundos desta rede de escolas, aprovados, que não se candidataram à reserva; desta forma houve ingresso de, em torno, 25% de estudantes oriundos de escolas públicas.

A UFSCar, como qualquer instituição educacional responsável, tem buscado criar condições materiais, físicas, financeiras, pedagógicas, culturais, afetivas para que todos seus estudantes sintam-se acolhidos, pertencentes à comunidade universitária, e assim assumam, com liberdade e comprometimento, a importante parcela que lhes cabe para realização bem-sucedida de seus estudos. Para tanto, em face do ingresso de estudantes de classes populares, negros e indígenas que ampliam a presença da diversidade social e étnico-racial em seu meio, a UFSCar, conforme foi dito anteriormente, vem buscando aumentar e consolidar as políticas de apoio aos estudantes.

## **PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E APOIO AOS ESTUDANTES**

Atento a critérios de qualidade acadêmica e educativa, o Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas deu início à implantação de Programa de Acolhimento e Apoio dirigido a todos os estudantes da UFSCar, com a finalidade de ampliar, aperfeiçoar e implantar ações que visem à formação de profissionais competentes, com sólidos conhecimentos, visão madura e crítica desses conhecimentos e de sua aplicação, visão crítica das realidades sociais. Para tanto, os estudantes, sejam calouros ou veteranos, têm de participar da vida acadêmica, o que implica adaptarem-se ao ritmo da instituição universitária, relacionarem-se com colegas, professores e outros servidores da instituição, assumirem a responsabilidade da realização de seus estudos, participando não só das aulas, mas também de reuniões científicas, de eventos culturais.



O Programa de Acolhimento e Apoio aos Estudantes visa a criar condições de os estudantes tornarem-se profissionais, conforme o desenhado no *Perfil do Profissional a ser Formado na UFSCar* (UFSCar, 2008), capazes de: - aprender de forma autônoma e contínua; - produzir e divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos; - empreender formas diversificadas de atuação profissional; - atuar multi/inter/transdisciplinarmente; - comprometer-se com a preservação da biodiversidade, no ambiente natural e construído, com sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida; - gerenciar processos participativos de organização pública e/ou privada e/ou incluir-se neles; - pautar-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional, buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente.

A fim de apoiar os estudantes na realização desses objetivos, prevêm-se medidas para suprir necessidades de ordem sócio-econômica, psico-pedagógica, de revisão de conteúdos de disciplinas, de acolhimento e humanização das inter-relações e da convivência na comunidade acadêmica.

Com estes propósitos, deu-se início à implantação do Projeto Tutoria do Programa de Acolhimento e Apoio aos Estudantes, que visa a orientar os alunos e alunas, a partir das primeiras semanas de vida universitária, no sentido de que participem de e proponham atividades acadêmicas, culturais, sociais, cultivando sua formação enquanto pessoas, cidadãos e cidadãs, profissionais. Assim, cuida-se não só para que os estudantes tenham um aproveitamento acadêmico profícuo, como também encontrem meios para solucionar dificuldades seja no âmbito do estudo, da vida pessoal e de estabelecimento de vínculos sociais. Pretende-se oferecer, por meio de tutores formados e acompanhados para tanto, orientações para a formação integral de todos os estudantes.

Os tutores são estudantes que estão cursando no mínimo o terceiro semestre de estudos, com bom rendimento acadêmico, envolvidos com o curso e facilidade de interação com colegas e professores, postura ética de não-imposição de seus valores, expectativas, de sigilo do que lhes for confidenciado. Capazes de favorecer o diálogo, por meio da escuta e valorização de opiniões, crenças, idéias, mesmo divergentes das suas; prontos para buscar soluções e caminhos para os impasses e problemas que lhes forem confiados; com disponíveis 10 horas semanais, para dedicar-se às atividades de tutoria.

Ainda no quadro do Programa de Acolhimento e Apoio aos Estudantes, já se deu início ao apoio a atividades culturais promovidas pelos estudantes. Trata-se do Evento Cultural dos Acadêmicos Indígenas na UFSCar, realizado no mês de abril passado, com os objetivos de divulgar culturas indígenas, marcar a presença dos estudantes indígenas na UFSCar, divulgar os diferentes significados do 19 de abril para os povos indígenas, demonstrar a atual situação dos índios no Brasil.

Conforme o até aqui apresentado, estes são os primeiros passos da implantação do Programa de ações Afirmativas da UFSCar.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Em busca da qualidade acadêmica e educativa com compromisso social, o Programa de Ações Afirmativas defende e busca concretizar posição sócio-histórica assumida pela UFSCar, que se concebe como espaço intelectual e científico, inserido numa sociedade que se constitui na diversidade social e étnico-racial. Constituir-se em instituição universitária que se quer integrante da sociedade, sem sentimentos de superioridade ou atitudes de isolamento é um desafio que exige atitude ética e superação de preconceitos, segundo ponderam Silva e Silvério (2001).

Confrontar conhecimentos tributários de experiência vividas com os produzidos pelas ciências e entre eles estabelecer diálogo, serão difíceis atividades cada vez mais frequentes nas discussões epistemológicas. As culturas populares, indígenas, de raiz africana deixarão de ser unicamente objeto de estudos na universidade. As visões de mundo que as sustentam, os significado que atribuem à vida, ao estudo, ao trabalho, aos seres humanos se oporão e complementarão. E este confronto exigirá que as raízes indígenas, africanas, européias e asiáticas da nação brasileira façam parte das diversas instâncias da vida universitária – a científica, a cultural, a social. Para que as políticas de ações afirmativas atinjam esta maturidade é fundamental que se encarem os estudantes como sujeitos de aprendizagens, de saberes, potencialmente capazes, conforme indicou o resultado do exame vestibular, de realizarem estudos com sucesso e de se formarem profissionais competentes.

O mais contundente problema que temos a fazer face, destaca Pinto (2008), referindo-se à experiência da universidade em que trabalha, não é a falta de habilidades acadêmicas dos estudantes dos meios populares, mas o ambiente adverso que se cria nas

instituições que os recebem. Ambiente que faz com que se sintam como “peixes fora d’água”, incapazes, pois são vistos e tratados a partir de estereótipos que os depreciam.

As políticas de ações afirmativas trazem à rotina da vida acadêmica na UFSCar desafios, riquezas, descoberta de limitações, necessidades de cooperação, reconhecimento e valorização de rumos que têm gerado a qualidade acadêmica e educativa, reorientação de caminhos, sempre que se impuser. Não será mais possível ocultar a diversidade dos brasileiros, ignorar suas nítidas e contundentes diferenças.

Há quem julgue que essas diferenças seriam uma ameaça para a qualidade acadêmica e educativa. Quem assim pensa, levanta suspeitas de que nós professores e pesquisadores somos incapazes de lidar com diferentes racionalidades, de com elas dialogar. Tarefa sem dúvidas complexa! Suspeita também que só temos capacidade para orientar a formação de estudantes oriundos de grupos abastados, social e politicamente proeminentes e de que discriminaríamos nossos alunos com base em sua origem social e étnico-racial.

No entanto, a comunidade universitária tem suficiente saber, ciência e sensibilidade para, com a execução da política institucional de ações afirmativas, afirmar sua escolha por *qualidade acadêmica e educativa com compromisso social*.

## **REFERÊNCIAS**

BOWEN, W. G.; BOK, D. **O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond e Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Estratégica. Educação. In: \_\_\_\_\_. **Boletim de Políticas Sociais- acompanhamento e análise**, n. 13, p. 155-192, 2007.

DUSSEL, E. **Ética de la liberación**. 3. ed. Madrid: Trotta, 2000.

FIORI, E. M. Conscientização e Educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.11, n. 1, p.3-10, jan.-jun. 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set.-dez. 2000.

GORDON, E. W.; BRIDGLAIL, B. L. (Org.). **Affirmative development**. New York: Rowman & Littlefield, 2007.

GURIN, P. et al. Diversity and Higher Education: theory and impact on educational outcomes. Cambridge, **Harvard Educational Review**, v. 72, n. 3, p. 293-329, 2002.

HENRIQUES, R. **Desigualdades raciais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Estratégica, 2000.

JACCOUD, L.; BEGGIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Estratégica, 2002.

LÉON, M. et al. **Acción afirmativa, hacia democracias inclusivas – Colombia**. Santiago, Chile: Fundación EQUITAS, 2005. p. 15-22.

PAIXÃO, M. J. P. **Desigualdades raciais no Brasil: análise de indicadores quantitativos e qualitativos**. Rio de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro; Instituto de economia; Laboratório de análises econômicas, sociais e estatísticas das Relações Raciais, 2006. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/acoesaafirmativas>>. Acesso em: 01 jun. 2008

PINTO, L. **Creating a university environment in which minority students thrive**. Northwestern University, 2008. (Troca de mensagem, por correio eletrônico, com a autora deste artigo).

SILVA, P. B. G.; SILVERIO, V. Direitos Humanos e Questão Racial; anotações para a construção da excelência acadêmica. In: FELICIDADE, N. (Org.). **Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos direitos humanos**. São Carlos: EDUFSCar, 2001. p. 51-62.

\_\_\_\_\_. BERNARDES, N. M. G. Roda de conversas: excelência é diversidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, p. 53-92, 2007.

\_\_\_\_\_. et al. **Práticas sociais e processos educativos: costurando retalhos de uma colcha**. São Carlos: UFSCar; PPGE; Linha de Pesquisa; Práticas Sociais e Processos Educativos, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar. Pró-Reitoria de Graduação. **Perfil do profissional a ser formado na UFSCar**. 2. ed. São Carlos: UFSCar, 2008.

**PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA**

Coordenadora do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas/UFSCar.  
Professora Titular de Ensino-Aprendizagem – Relações Étnico-Raciais  
da Universidade Federal de São Carlos.  
Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFSCar.  
Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos  
Educativos”, Conselheira, mandato 2002-2006,  
da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.